



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1

2 ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

3

*Aprovada na 70ª R.O. CERHI-RJ, em 24/08/2016*

4 Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, no auditório do INEA, na Av.  
5 Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para as 13h30min, realizou-se a 69ª  
6 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença  
7 dos senhores **membros titulares**: Lívia Soalheiro Romano (INEA), Eliane Barbosa (INEA), Carlos da  
8 Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandes Bez (FIPERJ), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta  
9 Redonda – Daniela Vasconcelos), Gilberto Fugimoto de Andrade (Apedema-RJ), Alexandre Braga  
10 (CCRON), Marcos Sant’anna Lacerda (Instituto Terrazul), Humberto José T.R. de Albuquerque (ABAS),  
11 José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva Rosa Mansur (CBH LSJ), Vera  
12 Lúcia Teixeira (CBH MPSul), José Gomes Barbosa (LIGHT), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear),  
13 Vinicius Crespo (Fecomercio), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **membros suplentes**: José Edson Falcão  
14 (SEA), Elisa Bento (DRM), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João  
15 Gomes Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul), José do Amaral Ribeiro Gomes (Sindicato Rural de  
16 Campos) Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca); Suzana Cláudia Monteiro  
17 de Barros (CBH BG); **ausências justificadas**: Rachel B. Prado (Embrapa Solos – Titular), Marie Ikomoto  
18 (INEA), Moema Versiani Acselrad (INEA – Suplente), Flávia Lanari Coelho (Apalma- Titular), Ediel Caldas  
19 dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt- Titular), David Michael Miller (AMAGG- Suplente), Waldemiro  
20 Barbosa de Andrade (Prefeitura do Barra do Piraí – Suplente), Zenilson do Amaral Coutinho  
21 (ASFLUCAN- Titular), Fátima de Lourdes Casarin (O Nosso vale! A nossa vida – Suplente); **ausências**:  
22 Antônio Ferreira da Hora (SEA – Titular), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes  
– Suplente), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana – Suplente), Teresa Priscila  
24 Ducasble Gomes (Instituto Ipanema – Suplente), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ- Titular), Nélio  
25 Lopes Rodrigues (CEDAE – Titular), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA – Suplente), Marcos  
26 Antônio de Sá Machado ( Prefeitura de São João da Barra- Titular), Cláudio César Bosco Graffunder  
27 (Companhia Siderúrgica Nacional- Suplente), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente); **convidados**:  
28 Julio C. O Antunes (CBH Guandu), Tatiane Araújo (GEGOA/INEA), Edna Calheiros (CBH LSJ), Tiago  
29 Oliveira Menezes (CBH BIG/ FIPERJ), Arnaldo V. (Viva Lagoa), Livia Bittencourt (CEDAE), Adriana Saad  
30 (CILSJ), Wallace Pavão (INEA), Renata V. de Carvalho (Prefeitura do Rio de Janeiro) e Paulo S. O de Leite  
31 (CBH Piabanha). Esta reunião teve início às 13h30min, com a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta. **2.**  
32 Aprovação das minutas das atas: a)21ª R.E CERHI-RJ (Parte I), de 19/08/2015; b)21ª R.E. CERHI-RJ  
33 (Parte II), de 16/09/2015; c)21ª R.E. CERHI-RJ (Parte III), de 17/03/2016; d) 68ª R.O. CERHI-RJ, de  
34 13/04/2016. **3.** Informes sobre Regimento Interno CERHI-RJ. **4.** Projeto de Lei referente ao FUNDRHI. **5.**  
35 Informes do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização - GTEM. **6.**  
36 Análise da Carta do CBH MPS nº 65 sobre Operacionalização do CAR e CNARH. **7.** Assuntos Gerais. Após  
37 verificação de quórum, o Sr. Décio Tubbs Filho deu início a 69ª Reunião Ordinária CERHI-RJ e solicitou  
38 que houvesse inversão de pauta, ficando da seguinte forma: **1º item: Aprovação da pauta.** A pauta foi  
39 invertida e um item foi inserido, conforme a seguir: **1.** Aprovação da pauta. **2.** Aprovação das minutas  
40 das atas: a)21ª R.E CERHI-RJ (Parte I), de 19/08/2015; b)21ª R.E. CERHI-RJ (Parte II), de 16/09/2015;  
41 c)21ª R.E. CERHI-RJ (Parte III), de 17/03/2016; d) 68ª R.O. CERHI-RJ, de 13/04/2016. **3.** Informes sobre  
42 Regimento Interno CERHI-RJ. **4.** Análise da Carta do CBH MPS nº65 sobre Operacionalização do CAR e  
43 CNARH. **5.** Informes do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização-  
44 GTEM. **6.** Assuntos gerais; **2º item: Aprovação da minuta da 68ª R.O. CERHI-RJ e 21ª R.E. CERHI-RJ.**  
45 Após os membros presentes informarem ao Sr. Décio Tubbs que não havia nenhuma contribuição para  
46 inserir ou alterar nas minutas das atas, os dois documentos foram aprovados por unanimidade. **3º**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

47 **item: Informe sobre Regimento Interno CERHI-RJ.** A Sra. Lívia Soalheiro apresentou este item. 48 Informou que a minuta de Decreto do CERHI-RJ passou pela CT-IL/CERHI-RJ e em seguida foi 49 encaminhada para a assessoria jurídica da SEA para apreciação. Após a análise da ASJUR/SEA, algumas 50 modificações na minuta do regimento interno foram solicitadas, onde algumas foram acatadas e 51 alteradas, e outras não, sendo justificadas após uma reunião da CTIL/CERHI-RJ. A maior parte das 52 mudanças foram de redação, não havendo, em sua maioria, mudança substancial. Comentou que duas 53 das solicitações mais relevantes foram: 1) elaboração de uma resolução CERHI-RJ aprovando o 54 regimento interno, e 2) adequação e atualização do decreto do CERHI-RJ com o novo regimento 55 interno do CERHI-RJ. A Sra. Lívia Soalheiro informou que foi elaborada uma minuta do novo decreto 56 para o plenário analisar, que após este documento ser apreciado e feitos os devidos ajustes pela 57 ASJUR/SEA será encaminhado para o Gabinete Civil para publicação e em seguida daria 58 prosseguimento ao regimento interno. Dando continuidade, a Sra. Lívia Soalheiro apresentou a 59 minuta de Resolução CERHI-RJ e explicou que a mesma ficará como minuta até que o regimento seja 60 de fato aprovado. Explicou que nesta minuta prevê a revogação das Resoluções CERHI-RJ nº1 e nº 8 61 (duas resoluções anteriores que tratavam do regimento interno). Falou, ainda, que pelo fato do 62 regimento interno estar sendo refeito por inteiro, e não apenas aprovando um artigo específico, as 63 resoluções anteriores deverão ser revogadas. Por fim, a Sra. Lívia Soalheiro leu a minuta de Decreto e 64 informou sobre as alterações feitas no documento, onde adequou a minuta do novo decreto ao novo 65 regimento interno. As mudanças realizadas foram: 1) composição do conselho; onde era somente 66 presidência e secretaria, e passou a ter também a vice-presidência; 2) inclusão de Grupos de Trabalho, 67 além de Câmara Técnica; 3) alteração na quantidade de membros do poder público, onde foram 68 incluídos mais dois membros, totalizando cinco vagas para Comitês de Bacia; 4) alteração no tempo do 69 mandato do plenário, que passou de 02 (dois) para 03 (três) anos; e 5) criação do cargo de vice- 70 presidente das CTs, incluindo o tempo de mandato. O Sr. Décio Tubbs perguntou se todos os membros 71 presentes estavam de acordo, e, por unanimidade, este item foi aprovado. **4º item: Análise da Carta 72 do CBH MPS nº65 sobre Operacionalização do CAR e CNARH.** O Sr. Décio Tubbs iniciando a 73 explanação sobre o item comentou que há algum tempo atrás o CBH Médio Paraíba enviou uma carta 74 ao CERHI-RJ solicitando a avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), onde dizia: *“Prezado Senhor, 75 visto que estamos próximos do término do contrato com o CBH-Médio Paraíba que alocou recursos 76 para a operacionalização do Cadastro Ambiental Rural – CAR de forma integrada ao Cadastro Nacional 77 de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH. Vimos que por meio desta solicitar que este assunto seja 78 inserido como ponto de pauta na próxima Reunião Plenária do CERHI-RJ a fim de que nesta 79 apresentação se defina análise de sustentabilidade, o detalhamento das informações do recurso, bem 80 como a estratégia para continuidade das ações, conforme parecer enviado através da Carta nº 81 066/2015 CBH-MPS, referente ao pedido de vista da: Minuta de resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a 82 aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da subconta da compensação financeira com a 83 finalidade de apoio ao Cadastro Ambiental Rural.”* Em seguida a Sra. Vera Lúcia comentou que quando 84 foi solicitado para o CERHI-RJ recursos para o Programa de Cadastro Ambiental Rural, os Comitês da 85 Bacia pediram vistas ao processo administrativo do CAR. Informou, também, que elaborou um parecer 86 sobre este assunto e apresentou na plenária do CERHI-RJ. Em seguida, A Sra. Vera Lúcia informou que 87 foram incluídos programas de planejamentos estratégicos com propostas mais claras sobre o 88 funcionamento, inclusive metas e objetivos a ser atingidos. Lembrou que na época ainda não era 89 realizado o CNARH, somente o CAR. A Sra. Lívia Soalheiro destacou os itens considerados mais 90 importantes do documento, sendo um deles na segunda página: o foco principal para a gestão dos 91 recursos hídricos, que seria a solicitação do CNARH. Na conclusão do documento, onde teria sido feita 92 diversas sugestões sobre as possíveis medidas a serem tomadas, ressaltando que este teria sido um 93 documento construído pelos 4 (quatro) Comitês (Piabahna, Rio Dois Rios, Médio Paraíba do Sul, Baixo 94 Paraíba do Sul), onde a Sra. Vera Lúcia sintetizou as contribuições enviadas e finalizou a carta.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

95 Comentou, ainda, que o fato foi que nenhuma informação acerca do CAR do Rio de Janeiro encontra-  
96 se disponibilizada no portal do INEA ou do Ministério do Meio Ambiente, inclusive ressaltando que  
97 este documento já passou pela plenária do CERHI-RJ. Por fim, salientou que não houve  
98 questionamento sobre a importância desse trabalho, e, ainda, que em nenhum momento houve  
99 alguma objeção contra o projeto cadastramento. Ressaltou que algumas sugestões foram  
100 realizadas, baseadas no levantamento feito pela AGEVAP, realizando um aditivo no contrato referente  
101 a este valor, dando continuidade, mas atendendo o quadro da AGEVAP. Em seguida, o Sr. Décio Tubbs,  
102 em atenção aos questionamentos da Sra. Vera Lúcia, solicitou que em uma próxima reunião da  
103 plenária do CERHI-RJ seja apresentado o relatório do CAR (Cadastro Ambiental Rural). O Sr. Roberto  
104 Machado comentou que foi contra o grupo dos conselheiros ter pedido vistas ao processo do CAR. Em  
105 seguida falou que a prestação de contas e de satisfação já vinha sistematicamente acontecendo no  
106 CERHI-RJ e nos Comitês. Por fim, o Sr. Décio Tubbs sugeriu que houvesse um critério para que toda vez  
107 que o Estado utilizar recurso FUNDRHI (Compensação financeira) que seja realizada uma prestação de  
108 contas do INEA/SEA, e solicitou que isso aconteça a partir da próxima reunião do CERHI-RJ. Em  
109 seguida, o Sr. Leopoldo Erthal falou que na reunião anterior pareceu que a entidade de Agricultura  
110 seria contra o aporte de forma equivocada, mas esclareceu que a Secretaria de Agricultura apoia sim o  
111 apporte, porém que seria necessário o acompanhamento dos desempenhos e do uso dos recursos de  
112 forma constante. Informou que teve acesso aos cadastros feitos no CAR e acompanhou a  
113 produtividade. Salientou em seguida, que surpreendentemente praticamente 100% (cem por cento)  
114 do Estado do Rio de Janeiro já está cadastrado no CAR, e que a mesma informação está disponível para  
115 todos, através do site: [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br). Ressaltou que a desvinculação dessas ações junto ao Estado  
116 evitaria estes problemas, pois entende que as ações são no âmbito do perímetro da bacia e acontece  
117 em menor quantidade, ou praticamente nem acontece. Comentou que seria necessário um serviço de  
118 mais confiança e pessoalidade das entidades com a empresa prestadora do serviço. Salientou que o  
119 INEA estaria forçando para que todo imóvel atinja o mínimo de 20% (vinte por cento) de reserva legal,  
120 o que não estaria previsto como obrigação na legislação, e questionou se isso seria correto ou não.  
121 Dando continuidade a este assunto, o Sr. Paulo Leite (CBH Piabanha), fez um comentário ressaltando  
122 que o pedido de vistas teria como objetivo colocar o CAR e o CNARH de forma mais usual. Tendo em  
123 vista que na lei de recursos hídricos está previsto que o FUNDRHI é para uso da gestão de recursos  
124 hídricos, porém o CAR é um cadastro ambiental e o CNARH um cadastro de recursos hídricos, logo  
125 ambos teriam usabilidade diferente. Por fim, o Sr. Paulo Leite falou que parecer elaborado teria como  
126 objetivo ajustar o CAR e o CNARH dentro da forma correta e adequada. Em seguida, a Sra. Dalva  
127 Mansur explicou que teria solicitado a coordenadora do grupo de cadastros que enviasse um relatório  
128 contendo o número de proprietários por município, a área das propriedades e o nome dos  
129 proprietários, até mesmo para que quem tivesse interesse fosse incluído no programa de  
130 reflorestamento grátis. Lembrou que continua aguardando o repasse correto dos cadastros realizados.  
131 O Sr. Décio Tubbs finalizou os questionamentos sobre este tema e deixou abertura para nos próximos  
132 encontros retornar ao tema debatido, caso haja necessidade. **5º item: Informes do Grupo de**  
**133 Trabalho de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização- GTEM.** O Sr. Marcos Lacerda realizou  
134 uma breve apresentação sobre as atividades realizadas no GTEM (Grupo de Trabalho de Educação  
135 Ambiental, Comunicação e Mobilização). Informou as datas das reuniões realizadas e os assuntos  
136 levantados e discutidos neste Grupo. Prosseguiu falando dos quatro eixos fundamentais com  
137 instrumentos de gestão de recursos hídricos (Capacitação, Informação, Mobilização e Comunicação) e  
138 dos itens levantados pela GTEM. Além disso, falou sobre o histórico e o contexto para a criação do  
139 GTEM, sendo: a necessidade identificada de propor diretrizes para elaboração de planos, programas,  
140 projetos e ações integradas no tocante à educação, ao desenvolvimento de capacidades, a mobilização  
141 social e a informação no âmbito da Política Estadual da Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Em  
142 seguida explicou que os objetivos do GTEM são: contribuir com o Fortalecimento do Sistema Estadual



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

143 de Gestão de Recursos Hídricos; Contribuir com o Fortalecimento da missão do CERHI-RJ; Elaborar as  
144 diretrizes gerais para os processos de educação, desenvolvimento de capacidades, a mobilização social  
145 e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos em consonância com as leis de recursos  
146 hídricos e de educação ambiental do Estado do Rio de Janeiro; Contribuir com a democratização, à  
147 intensificação da participação e do acesso à informação nas questões relacionadas à Política Estadual  
148 da Gestão Integrada de Recursos Hídricos; contribuir com ações para a participação, controle social, e  
149 o desenvolvimento de uma cidadania ativa, através da organização das informações (dados e  
150 indicadores) geradas no âmbito do SEGRH-RJ; e promover seminários, oficinas e debates para análises  
151 da Política Estadual de Gestão Integrada de Recursos Hídricos com foco no desenvolvimento de  
152 capacidades para a participação social e Estruturar as bases de criação da Câmara Técnica de  
153 Educação, Capacitação, Mobilização e Informação em Gestão de Recursos Hídricos no âmbito do  
154 CERHI-RJ (CTEM CERHI-RJ). Dando continuidade, o Sr. Marcos Lacerda apresentou algumas  
155 recomendações do GTEM visando promover, integrar e programar ações voltadas para os eixos de  
156 educação, mobilização, capacitação e informação em recursos hídricos. O GTEM recomendou ao  
157 CERHI-RJ que promova moções, resoluções e articulações necessárias junto as Políticas Públicas de  
158 Governo Estadual e que incentive os CBHs a articularem junto às políticas públicas municipais o que  
159 couber em Educação, Mobilização, Capacitação, Informação e Comunicação. E, ainda, o GTEM  
160 recomendou ao CERHI-RJ que junto aos CBHs promova moções, resoluções e articulações necessárias  
161 a fim de que atentem para a recomendação de inclusão nos Planos de Bacia de Programas e Projetos.  
162 O Sr. Marcos Lacerda, ressaltou que de no geral o GTEM tem seguido dentro dos caminhos propostos,  
163 mesmo com problemas quanto à mobilidade e encontro de todos os membros do grupo. Em seguida o  
164 Sr. Décio Tubbs explicou que não é permitido disponibilizar o recurso do FUNDRHI para pessoas que  
165 não são de Comitês. O Sr. Marcos Lacerda afirmou que em nenhum plano estadual foi visto  
166 diagnóstico em nenhum dos quatro eixos levantados pelo GTEM, e que por esse motivo os planos  
167 acabam sendo limitados, por não possuírem prognóstico. A Sra. Dalva Mansur complementou a  
168 apresentação do Sr. Marcos Lacerda e salientou que a função de transformação do princípio de gestão  
169 em um conteúdo acessível e perceptível pela população em todos os níveis é do educador. Em seguida  
170 comentou sobre os projetos realizados em São Pedro de Aldeia como exemplo de capacitação junto à  
171 gestão das águas, pois assim os assuntos chegam até a população de forma efetiva. O Sr. Roberto  
172 Machado parabenizou o Sr. Marcos Lacerda pelo trabalho realizado pelo GTEM, e comentou que  
173 concorda com a posição da Sra. Dalva Mansur, onde o caminho a ser seguido primeiramente, seria o  
174 de iniciar a capacitação e o fornecimento de informações nas escolas com os educadores junto aos  
175 alunos. O Sr. Paulo Leite citou como exemplo o tratamento dos rios em Petrópolis-RJ, onde as  
176 pesquisas informam que 94% (noventa e quatro por cento) dos rios são tratados, mas não é sempre  
177 que acontece nesta porcentagem, como nos dias com muita chuva. Com este exemplo, o Sr. Paulo  
178 Leite fez a correlação que existe entre o conhecimento técnico e a percepção da população e  
179 sociedade, e disse que seria positivo transformar esses eixos em instrumentos de gestão, trazendo a  
180 população para um contato mais próximo junto aos Comitês. Por fim, o Sr. Paulo Leite ressaltou que  
181 este GT é de extrema importância, realizando um trabalho de muita utilidade. **6º item: Assuntos**  
182 **gerais. Não houve. Encaminhamentos:** O Sr. Décio Tubbs solicitou que seja encaminhado para os  
183 membros do CERHI-RJ e diretores das CBHs a apresentação da Síntese do GTEM. **Informes: 1)**  
184 **Informes relacionados à falta de aporte dos recursos do FUNDRH aos comitês de bacias,**  
185 **delegatárias e também ao INEA.** O Sr. Décio Tubbs informou que foi convocado pelo Ministério  
186 Público em novembro de 2015 para falar com transparência sobre os recursos do FUNDRHI, e no  
187 depoimento prestado foi dito que estava tudo normal e que a única preocupação seria em relação ao  
188 volume de recursos e que de alguma forma esses recursos fossem mexidos. Porém, em fevereiro do  
189 presente ano este depoimento retornou ao CERHI-RJ, com a solicitação de uma reformulação, e isso  
190 foi feito. O presidente do CERHI-RJ explicou que nesta retificação do depoimento disse que na época



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

191 não estava havendo problemas, mas que atualmente sim. Tendo em vista que o mês de janeiro é o  
192 mês de orçamentos do Estado, o Sr. Décio Tubbs aguardou o mês de fevereiro e, junto com a Sra. Lívia  
193 Soalheiro, verificou que não estava mais sendo depositado desde novembro para alguns Comitês.  
194 Posteriormente, o Sr. Décio Tubbs solicitou a marcação urgente de uma audiência no Ministério  
195 Público com o Procurador de Justiça Eduardo Santos de Carvalho, para alguns esclarecimentos  
196 referentes ao não repasse dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI para as  
197 delegatárias e para os CBHs. Na reunião o Presidente do CERHI-RJ contou com a participação do Sr.  
198 Paulo Leite (CBH Piabanga - Sociedade Civil) e do Sr. José Vicente Peron (FIRJAN - Usuário). O Sr. Décio  
199 Tubbs apresentou para o Procurador uma planilha preliminar dos recursos que estavam retidos.  
200 Informou que a Sra. Lívia Soalheiro e um representante do SEFAZ também foram convidados para  
201 prestar depoimento. O Presidente falou que, com relação ao ponto de vista burocrático, tudo que  
202 podia ser feito foi agilizado, e que aguardam providências até o momento. A partir disso teria sido  
203 elaborada uma minuta de Resolução CERHI-RJ, que passou pela plenária do CERHI-RJ, Procuradoria do  
204 INEA e Assessoria Jurídica da SEA. O parecer final foi da ASJUR/SEA, onde prevê a autorização para os  
205 Comitês remanejarem os recursos nesse período emergencial. Em seguida, explicou que foi motivada  
206 uma reunião, realizada na CEDAE, reunindo todos os representantes de CBHs e da AGEVAP, onde ficou  
207 combinada a realização de diversas ações. Dando continuidade, o Sr. Júlio César (CBH Guandu) fez uma  
208 síntese de quais foram os encaminhamentos realizados. Informou que foi sugerido realizar uma  
209 reunião com a delegatária dos 6 (seis) comitês para discutir algumas propostas de soluções, que  
210 teoricamente seriam 3 (três) tentativas possíveis: 1) pontuar em termos de justiça; 2) tentar ser feito  
211 um caminho em relação a cobrança, mudando de fluxo do que seria feito atualmente, ou seja, que a  
212 partir de agora isso pudesse migrar para delegatária; 3) seria criar um fluxo de caixa e a partir do disso  
213 colocar essa proposta para o Secretário de Estado do Ambiente, Sr. André Correa. Em seguida  
214 informou que ficou combinado que seria feito um exercício interagindo o INEA com todos os Comitês  
215 que não tem como delegatária a AGEVAP, onde esta delegatária que iria viabilizar a confecção desse  
216 fluxo. Seria montado um modelo simples, considerando o custeio e alguns projetos, chegando a um  
217 determinado valor mensal. Salientou que seria um valor macro, e que na próxima reunião com o  
218 Secretário de estado do Ambiente seria proposto que ao invés de prolongar as discussões, seria mais  
219 prático realizar o fluxo de caixa, disponibilizando o recurso, tentando tirar os Comitês da atual  
220 situação. O Sr. João Siqueira ressaltou que o Fórum Fluminense aprovou essa proposta e que o CERHI-  
221 RJ deveria conduzir isso, tendo em vista que está previsto na legislação que o Conselho delibera a  
222 respeito dos usos dos recursos hídricos. O Sr. Décio Tubbs comentou que existem dois tipos de blocos  
223 de recursos, um é o gerado no dia a dia fazendo os custeos dos projetos, e o outro seria dos recursos  
224 mais imobilizados, como por exemplo, o recurso da flexibilização do FUNDRHI. A Sra. Dalva Mansur em  
225 seguida, salientou que os recursos do Comitê são aplicados para os interesses da população, como  
226 monitoramento de água, defesa civil, barragens, saneamento básico. Sendo por isso necessário ativar  
227 o Ministério Público, por serem itens de interesse da população. Em seguida, o Sr. Roberto Machado  
228 retornou a afirmar, com relação à questão do PL, que considera necessário ativar a ALERJ, tendo em  
229 vista que é algo grave, incluindo que o mesmo seria um crime de apropriação de débito. O Sr. Décio  
230 Tubbs informou que não seria válido eliminar etapas, sendo primeiramente necessário realizar uma  
231 nova conversa para tentar sanar a situação. Em seguida, o Sr. Tiago (CBH BIG), colocou a sua  
232 preocupação junto ao Conselho, onde fez um questionamento de qual seria a possível saída para esta  
233 situação, tendo em vista que, em sua opinião, a saída proposta pela AGEVAP deixaria uma situação  
234 desconfortável para aqueles que estão com dificuldade nas delegatárias, como é o caso do CBH BIG.  
235 Perguntou como seria a ajuda entre Comitês e qual seria a proposta. O Sr. Júlio César informou que  
236 não existe uma solução imediata, relembrado que o que teria ficado combinado na reunião no Fórum  
237 Fluminense seria que não teria tido nenhuma mudança no modo operante. Enfatizou que é necessário  
238 sair do fluxo zero de repasse, tendo em vista que teoricamente ainda não existe algo formalizado, e



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

239 que teria entrado em consenso de usar o Fórum Fluminense para ajudar o máximo possível os Comitês  
240 no atual momento. Acrescentou que se houver uma proposta melhor que a atual, que seja colocado  
241 em pauta, já que o Fórum está aberto a novas ideias. Em seguida, a Sra. Eliane Barbosa realizou uma  
242 explicação sobre a atual situação do Estado e as mudanças que irão ocorrer na estrutura do INEA/SEA.  
243 Ressaltou que tem trabalhado intensamente com o Sr. André Correa (Secretário do Ambiente)  
244 tentando minimizar ao máximo as perdas dentro da atual situação financeira do Estado. Explicou que  
245 estão realizando diversos cortes no INEA/SEA, como o fim do contrato com a empresa de motoristas,  
246 seguranças, dispensa de vários funcionários extra quadros, bem como a mudança de locação do prédio  
247 do INEA da rua Sacadura Cabral, visando minimizar os gastos. Em seguida, o Sr. Décio Tubbs sugeriu  
248 montar um mecanismo para intercepção dos recursos do FUNDRHI. A Sra. Eliane Barbosa informou  
249 que não é possível segurar os recursos da cobrança, pois a arrecadação que é feita pelo INEA não fica  
250 neste Instituto, já que não possui caixa, onde por lei todo recurso arrecadado deve entrar no caixa de  
251 conta única. A Sra. Eliane Barbosa explicou que o documento estava sendo redigido com data desta  
252 reunião, e que assim que estiver pronto, fará uma carta, como Subsecretária, para os CBHs e  
253 Delegatárias apresentando a nova Resolução CERHI-RJ. A Sra. Lívia Soalheiro, respondendo a alguns  
254 questionamentos paralelos, explicou que existe uma cláusula no contrato de gestão que permite o uso  
255 de recursos de forma mais ampla, não sendo necessário fazer um termo aditivo. A Sra. Eliane Barbosa  
256 informou a Sra. Dalva Mansur, após seu questionamento, que o CBH LSJ irá também receber a referida  
257 carta apresentando a Resolução, assim como todos os demais Comitês e Delegatárias. Por fim, a Sra.  
258 Eliane Barbosa ressaltou que o INEA permanece como um órgão executor, deixando claro que todos os  
259 esforços possíveis estão sendo feitos para manter o modelo de qualidade de gestão dentro da  
260 legalidade e cobrindo todas as necessidades dentro das possibilidades.  
261 O Sr. Décio Tubbs questionou a possibilidade de incluir a apresentação do relatório do CAR (Cadastro  
262 Ambiental Rural) na próxima reunião deste conselho. E nada mais havendo a tratar, a Secretaria  
263 Executiva do CERHI-RJ, o Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
264 69ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 17h20min.  
265

Décio Tubbs Filho  
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa  
Secretária Executiva CERHI-RJ